

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- Reunião Ordinária

Data: 20/07/2023

Horário: 8h30 às 11h30

Local: Rua Líbero Badaró, 504, 10º andar – Sala multiuso 1

Titulares e Suplentes da Sociedade Civil presentes:

1. Vera Helena Lessa Villela - Titular - Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo
2. Rita Helena Bueno Pinheiro - Titular - Conselho Regional de Nutricionistas CRN3
3. André Luzzi de Campos – Titular - Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
4. Maria Angélica Correia de Oliveira – Titular – Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais – Rede Butantã.
5. Solange Cavalcante da Silva Redolfi – Titular - Fórum de Sustentabilidade do Butantã
6. Isabela Ferraz Davies – Suplente – Missão Paz
7. Narcisio Rios Oliveira – Titular - APAN - Associação Paulista de Nutrição
8. Dalva Maria de Oliveira – Suplente - Movimento pelo Direito a Moradia -MDM
9. Beatriz Sinelli Laham – Titular - Associação Paulista dos Gestores Ambientais – APGAM
10. Beatriz Thomaz de Paula – Titular - ONG Banco de Alimentos
11. Maria Angela Raimondo – Suplente – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana - CROPH
12. Narcisio Rios Oliveira – Suplente - Associação Paulista de Nutrição
13. Edinalva Rosa dos Santos Novais – Titular - Clube das Mães do Jardim Vista Alegre
14. Aline de Almeida Petrilli – Titular - Instituto Capim Santo
15. Denise Meira Gonçalves Vilas Boas – Titular – SESC-SP
16. Leonardo A Guerra Ramos – Titular - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seccional São Paulo

Titulares e Suplentes do Poder Público presentes:

1. Mônica Rodrigues Bello – Suplente – SMDet-CA
2. Sueli Aparecida Manesco – Titular – SMS
3. Marcus Vinicius Ferreira da Cunha Casasco– Suplente – SEGES/COBES
4. Mônica Cordeiro Nogueira da Cruz – Titular - SMS/CODAE
5. Amanda Cortez Arcine – Titular – SEHAB
6. João Paulo de Brito Greco – Titular - Secretaria Municipal de Gestão

Convidados

1. Zilma Borges de Souza
2. Luiza Araujo – SMDHC/SESANA/COSAN
3. Poliana Lisboa de Almeida – SMDet/CA
4. Radomir Tomitch – SMDet/CA
5. Carlos Fernandes – SMDHC/SESANA

Secretário Executivo do Conselho:

Luis Felipe Casado Alcaniz

PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUSAN-SP - 20/07/23

9:35 – 10:30 - INFORMES DA EXECUTIVA, das COMISSÕES PERMANENTES, do Obsanpa e da Com. Organizadora da VIII Conferência de SAN (5 minutos para cada Comissão e 10 para Comissão Organizadora da Conferência).

Da Executiva:

- Apresentação do Secretário Executivo do COMUSAN – Luís Felipe Alcaniz
- Orçamento Participativo – Propostas de SAN priorizadas
- Projeto Pontos de Economia Solidária – articulação com Rede Butantã e Movimentos do Território – CRESAN Butantã

Das Comissões Permanentes:

1 – Comissão Permanente de Relações Institucionais, Comunicação e Educação Permanente – Comusan Conecta – O Plano Municipal de SAN – PLAMSAN e sua interface com outros instrumentos de planejamento e gestão – data: 12/06/2023 – formato virtual

Data e tema do COMUSAN Conecta de agosto de 2023

2 – Comissão Permanente de Povos Tradicionais e Grupos Vulneráveis: Atividade Livre da VIII CMSAN-SP: Roda de Conversa sobre Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas de LGBTQUIA+ - 13 de julho. 14h às 17h. Casa Florescer. Av. 9 de Julho, nº 4506

3-OBSANPA – Conferência Livre de Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São Paulo – 22/07/2023 – 8:30 às 18:00 – CEU Carrão

Inquérito INSAN – andamento

Da Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de SAN:

Apresentação sintética das propostas para a VIII Conferência Municipal de SAN de São Paulo

10:30– 11:00 h - PONTOS DE PAUTA:

- Leitura e Aprovação de Nota/Recomendação do COMUSAN PARA REFORMA TRIBUTÁRIA – conselheiro André Luzzi
- Projeto de Pesquisa: **Segurança Alimentar e Nutricional: uma abordagem territorializada em São Paulo- Semestre/ano: 2º/2023-FGV**

Professoras: **Ana Marcia Fornaziero Ramos e Zilma Borges de Souza**

Objetivo: análise da implementação da Política de Segurança Alimentar em São Paulo, a compreensão de demandas e inovações que emergem da população para sua solução e o debate sobre soluções e propostas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional, com enfoque **territorial, focalizando quatro regiões periféricas** de São Paulo e tendo como parceiro institucional para a realização do projeto o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

11:30 – 11:45 – Encaminhamentos e avaliação

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO PROPRIAMENTE DITA

9h30 – Abertura da reunião – Conforme previsto no regimento vigente, a presidenta do COMUSAN, Vera Villela dá início à reunião, com qualquer número de presentes. De acordo com os informes previstos na pauta, o secretário executivo indicado pela SESANA para o COMUSAN-SP, se apresentou Luís Felipe Alcaniz. Lembrou que a portaria de designação ainda não saiu. Aproveitando a oportunidade, a presidente Vera solicita que as secretarias que compõem o COMUSAN-SP atualizem as indicações de conselheiras/os titulares e suplentes, pois poderia ser agilizada uma portaria conjunta com todas as mudanças ocorridas. Entrando no próximo ponto de informes, a presidente Vera compartilha no grupo do wthazapp do COMUSAN-SP a planilha com as propostas finais de SAN aprovadas. Pediu que fosse compartilhado o Documento com os dados de orçamento e as propostas das Subprefeituras que consistem em 300 propostas de Segurança Alimentar e Nutricional. Explicou que, no final do processo, 16 subprefeituras priorizaram propostas de SAN, que chegaram a 300 na área de segurança alimentar e nutricional. Dessas, 15 foram selecionadas e priorizadas pelos conselheiros participativos do total de 24 pré-selecionadas, sendo que, dentre as propostas selecionadas uma foi da conselheira do COMUSAN-SP, Angélica, para a Subprefeitura do Butantã, que não foi selecionada após a votação popular. A presidente explicou ainda que a maioria das propostas se refere às hortas e cozinhas comunitárias, destacou que uma das propostas era a de criação de um “Bom Prato” fixo na subprefeitura de Cidade Tiradentes. Destacou que na sub do Ipiranga teve mais de uma proposta de hortas comunitárias. De acordo com a conselheira Angélica, com esse panorama temos que pensar e analisar as propostas e tentar aproximar o Conselho participativo de nossas pautas e reuniões, pois grande parte das propostas vieram dos conselheiros participativos, e de uma pessoa em particular, Joaniro. Reforça a necessidade de articular com parlamentares para dar sustentação a essas propostas na discussão do orçamento. Não houve uma participação tão efetiva nossa, tendo em vista envolvimento com a realização das pré-conferências de SAN. A presidente Vera fez uma comparação com as propostas do ano passado, pois tivemos um cenário muito parecido, com 13 propostas aprovadas.

Subprefeituras que tiveram propostas priorizadas: Butantã, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes; Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó/ Brasilândia, Vila Maria/Guilherme, Ipiranga.

O Sr. Carlos Fernandes, Secretário Executivo de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento – SESANA parabenizou a todos pelas propostas.

Na sequência dos informes, o Secretário da SESANA, Sr. Carlos Fernandes informou que começou a implantação das Cozinhas Escola e pede que compartilhem como entendemos que seriam as cozinhas solidárias. Vera explica que COMUSAN-SP tem apresentado algumas sugestões para a constituição dessas cozinhas: a primeira delas é que a compra de alimentos seja preferencialmente no território, a partir das hortas comunitárias ou mesmo particulares existentes, 2 - que as cozinhas gerem, a partir das pessoas envolvidas na produção, grupos de economia solidária, que possam movimentar no território a distribuição dessa produção para as populações vulneráveis e, dentro do possível, a venda das refeições produzidas. Reforça a importância de articular com o Programa de Combate ao Desperdício e lembrou que tanto as hortas e áreas de agricultura urbana já estão mapeadas, como as feiras e as organizações sociais de seu entorno, necessitando de “ativação” dessas articulações e programas.

Sr. Carlos Fernandes explicou que as Cozinha Escola terão um aumento de 27 para 33, em relação ao número previsto inicialmente; que distribuirão 400 marmitas por dia, cada uma, as quais poderão ser consumidas no refeitório da associação e levadas pelos moradores para suas casas. Destacou que está em andamento com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia uma parceria para que seja instalado wi fi livre nas cozinhas, que será estendido para as comunidades. Falou que o Edital para esse projeto tem a duração de até 10 anos, com renovação anual e que isso está baseado em um estudo do IBGE focando nas áreas mais vulneráveis. Aproveitou que o Movimento da População em situação de rua terá uma cozinha na Ladeira Porto Geral. Citou-se ainda o Bom Prato que tem a parceria do município e do estado, como exemplo do Bom Prato de Piraporinha e de Parelheiros, que funciona de segunda e sexta, falamos sobre reativar o Bom Prato da Armênia, e sobre as obras dos armazéns solidários de City Jaraguá e São Miguel. Vera lembra da importância de divulgar essa informação junto à Comissão Regional de SAN do Consea Estadual. Explicou que estão ocorrendo licitações para o aproveitamento dos Mercados Municipais e do “Armazém Solidário”. Informou também sobre o de Cidade Tiradentes e Freguesia do Ó, que estão em processo de licitação. Esse Programa potencializa as compras no território, pela população mais vulnerável.

Vera lembra da importância de mudar o perfil dos Mercados Municipais, reforçando seu papel de atender a maior parte da população, respeitando as características dos territórios e saindo do perfil elitizado, como ocorre com alguns mercados, como o Paulistano e o de Pinheiros. A presidenta do COMUSAN-SP aproveita a oportunidade para citar as articulações que vêm sendo feitas com o Fórum de Sustentabilidade do Butantã e Rede Butantã, duas organizações conselheiras, referente aos “Pontos de Economia Solidária” e comentar sobre reunião que aconteceu no dia 18/07, com objetivo de implementar essa rede no Butantã e de como seria interessante que essas iniciativas se conversassem. Esclarece que essa iniciativa partiu da Rede de Saúde Mental, e que o primeiro ponto já existe há alguns anos no CECCO Butantã. A conselheira Angélica está participando da estruturação do Pontinho de São Lucas e do Butantã. Citou-se ainda da ideia de o CRESAN Butantã ser um entreposto dessa rede e do seu papel de democratizar o acesso a alimentos de base agroecológica e orgânica. Há cinco locais diferentes já funcionando no Butantã. Vera propõe que se faça um estudo de como essa iniciativa da comunidade no Butantã pode ser incorporada pela SESANA, dando prioridade para as ações que já vem sendo desenvolvidas pela SMDHC.

Segundo Carlos, em uma nova fase a ideia é se fazer os armazéns solidários com a venda nos próprios caminhões dentro das comunidades e também retomar a lei que permite a instalação de bancas de produtos orgânicos dentro das feiras municipais convencionais, que podem comercializar também os produtos que são minimamente processados: geleias, biscoitos, pães. E, usar os entrepostos para essa comercialização também, exemplo o de Itaquera e os Bancos de Alimentos como o de Parelheiros e do Park House. Faz questão de dizer que uma das propostas dos Armazéns Solidários é comercializar também os produtos de base agroecológica e orgânica, com preços acessíveis.

A presidente Vera falou da importância de construir políticas estruturantes, respeitando e incorporando o que as comunidades já desenvolvem. Lembra que temos Comissões Regionais de SAN, cujo papel é construir essas pontes nos territórios e que várias das organizações conselheiras já desenvolvem suas iniciativas de ampliar o acesso a alimentos em suas comunidades, cabendo ao COMUSAN-SP trazer essas experiências para SESANA, de forma a construir essas ações e políticas e sua inserção no orçamento de forma conjunta. Esse é o papel do Conselho

O Secretário Carlos Fernandes falou de conversas que vem sendo feitas com a CPTM, que tem estacionamentos que poderiam ser utilizados para implantação de entrepostos, e até mesmo de Banco de Alimentos e Centros de Referência em SAN, como na Zona Leste e Zona Sul. Comenta da necessidade se

fazer o levantamento fundiário, para o qual foi contratada a ADESAMPA, a partir da interveniência da Secretaria de RI e Inovações e do SAMPA+RURAL e depois criar uma fiscalização reguladora, como exemplo, Parelheiros. Constataram que há 426 propriedades que produzem e comercializam, e que há outras iniciativas para ampliar a comercialização, como os grupos de CSA: Comunidades que sustentam agricultura.

A conselheira Angélica traz a manifestação de conselheiras/os no chat da reunião que trazem dúvidas com relação à proposta das feiras, em especial quanto a produtos orgânicos. Falou da dificuldade dos produtores e da variedade de produtos. E mesmo, a dificuldade do agricultor em produzir e levar seus produtos às feiras.

Nesse sentido, Carlos traz a necessidade de fortalecer o cooperativismo.

A presidenta Vera traz para o debate a importância de construir a Política Municipal de Abastecimento, inserida no olhar de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Solidários, que conselheiras/os têm trazido há tempos para as discussões de Programas de Metas, Orçamento e que a criação do Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar propicia essa elaboração, que articula todas as ações e programas existentes e os que precisam ser incluídos, de forma inovadora e participativa, que permita monitoramento e avaliação de seu impacto na mudança do cenário da insegurança alimentar, em especial no que diz respeito ao acesso aos alimentos.

Nos outros informes, falou-se sobre o COMUSAN CONECTA do dia 10/07, que discutiu o Plano Municipal de SAN e sua interface com outros instrumentos de planejamento e gestão, e da interessante participação de Ariane, da Secretaria de Gestão. O link da gravação já foi disponibilizado para conselheiras/os, por meio do link do youtube do Sindicato de Nutricionistas - link do vídeo: <https://youtu.be/Y9aB2W1KBTA>

A presidenta Vera lembra que esse COMUSAN CONECTA constituiu-se em atividade livre da 8ª Conferência Municipal de SAN, que tirou 4 propostas e também 4 delegadas/os.

As outras duas atividades livres aconteceram no dia 13 de julho, articulada pelos nossos conselheiros Gil e André, cujo tema foi: “Roda de Conversa sobre Alimentação e Nutrição Adequadas da população LGBTQIA+, na Casa Florescer, da Avenida 9 de julho, no período da tarde, que foi muito rica, com a participação dos usuários da casa, de profissionais de Saúde que atuam nessa questão, da Isis, nutricionista trans, que vem discutindo as especificidades da alimentação dessas populações. Trouxe um volume e qualidade de informações sobre o tema muito importante para conselheiras/os de SAN. Infelizmente, não foi possível gravar, mas saíram entre 7 a 8 propostas, que já foram compartilhadas e complementadas pelo grupo e também conseguimos indicar 3 delegadas/os para a Conferência Municipal, inclusive do poder público, representante da Câmara Municipal. Também será muito importante a atividade livre relativa à Conferência Livre de Vigilância Alimentar e Nutricional. Algumas frustrações nesse processo, porque existia uma expectativa de atuação da SMDHC nesse suporte. Embora estivesse previsto no regimento que as atividades livres não implicavam em disponibilização de infra estrutura e orçamento por parte da Secretaria. Talvez fosse importante rever para garantir atividades desse tipo. Reforçamos o convite a todas e todos para estarmos no CEU Carrão, no dia 22/07, o dia inteiro. Contaremos com a participação dos Movimentos da população em situação de rua, que vem fazendo uma discussão sobre monitoramento e indicadores das políticas. Foi reforçada a necessidade de maior participação de conselheiras/os nesses processos do OBSANPA, da atuação decisiva do conselheiro André Luzzi para que essa instância do COMUSAN-SP consiga desempenhar seu papel. Esperança e expectativa para que alcance seus objetivos. Teremos participação de grupos e movimentos que veem desenvolvendo tecnologias e métodos que

podem nos auxiliar na discussão e elaboração conjunta do II Plano Municipal de SAN, de forma que consigamos superar as lacunas nesse processo que vivemos na implementação do I Plano Municipal de SAN. Já temos 25 pessoas inscritas. Solicita-se a colaboração de conselheiras/os e colaboradores para o lanche solidário, visto que não conseguimos que a SMDHC providenciasse a alimentação. A conselheira Adriana sugere conversarmos após a reunião, para verificar como a Gastromotiva pode colaborar na elaboração do lanche. Lembra que não teremos gás e que precisaremos

Informes da Comissão Organizadora da 8ª Conferência – Em 6/07 fizemos proposta de articularmos os eixos da Conferência Municipal com os da Nacional. Fizemos uma divisão em duplas para sistematizar as propostas das pré-conferências nesse sentido: Rita e Solange nas propostas do eixo 1; Maira e Poliana no eixo 2 e Isabela e Narcísio no eixo 3. Solange explicou a metodologia utilizada para facilitar para todas e todos. Vera explicita que no documento final das propostas para a 8ª CMSAN não constarão os textos orientadores, apenas as propostas votadas nas Pré Conferências Macrorregionais, organizadas de acordo com os eixos da 6ª Conferência Nacional e eixos temáticos, como Agricultura; Abastecimento; Saúde, Escola e Educação; Grupos Vulneráveis, de acordo com a categorização que a Comissão definir.

Nesse momento a reunião entra na discussão dos **Pontos de Pauta**, que precisam ser discutidos e votados.

Como **primeiro ponto** de pauta ficou indicada a leitura, discussão e votação da **Nota sobre a Reforma Tributária e a Segurança Alimentar e Nutricional**, a partir de texto sugerido pelo conselheiro André Luzzi. A presidente Vera leu a nota, que foi projetada na tela. Em seguida, a mesma foi colocada em votação, sendo solicitado que aqueles que não aprovassem se manifestassem oralmente, abrindo seus microfones ou se manifestando no chat. Como não houve manifestações, a Nota e seu encaminhamento para as Comissões responsáveis por sua votação no Congresso foram aprovadas/os (Vide Anexo 1)

O segundo ponto de pauta **em questão foi a apresentação do PROJETO APLICADO de disciplina do Curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas: “Segurança Alimentar e Nutricional: uma abordagem territorializada em São Paulo”**, que será desenvolvido de forma conjunta pelas professoras Ana Marcia Fornaziero Ramos e Zilma Borges de Souza, alunas/os e conselheiras/os do COMUSAN-SP. A presidente Vera faz um breve resgate do histórico da elaboração do Projeto, lembrando que foram realizados 2 encontros entre conselheiras/os do COMUSAN-SP e as professoras responsáveis pela disciplina para pactuação do processo, buscando trazer representantes das 5 Macrorregiões, conforme a divisão das Comissões Regionais do COMUSAN-SP. Faltou articulação com a Zona Sul e por isso foi solicitada a colaboração da conselheira Dalva, do Movimento em Defesa da Moradia e também o conselheiro Gilson, da Ação da Cidadania.

A presidenta Vera passa a palavra para a Professora Zilma, que fará a apresentação do Projeto, com o objetivo de esclarecer e comprometer todo o COMUSAN-SP na execução das atividades, de forma que alcance os objetivos previstos.

A professora Zilma corrobora as informações passadas por Vera sobre a construção do Projeto, faz uma rápida apresentação e explica que esse Projeto está inserido numa linha de trabalho que vem se consolidando na FGV voltada para políticas ambientais e sociais e, dentre elas as de Segurança Alimentar e Nutricional vem ganhando mais espaço recentemente. Apresenta a professora Ana Márcia, que não pode estar na reunião hoje, mas que tem uma trajetória de anos de atuação na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, portanto, vinculada aos temas sociais do Projeto. Já a professora Zilma vem se dedicando mais às políticas voltadas ao rural, agricultura urbana. Aos poucos foram se

aprofundando numa abordagem mais territorial, no M'Boi Mirim e também com a Associação de Agricultores da Zona Leste, na organização jurídico, técnica e administrativa da mesma. Comenta que, além da graduação, a FGV possui Centros de Pesquisa, entre eles um que tem como foco a questão da sustentabilidade, e também um de Administração, Políticas Públicas e Governo, ao qual está mais vinculada. Reforça que esse projeto não se limita a pesquisa, tratando-se de algo mais inovador, que o curso de Administração propôs há um ano atrás, por conta de reforma do currículo, e que foi acolhida com muito entusiasmo por professores e alunos. Essa reforma propôs que ao longo do 6º semestre alunos focassem em três campos de atuação, propostos pelos professores, que passam por escolha por parte de alunas/os, sob forma de eleição. Esse foi o caminho do projeto que a professora passa a compartilhar na tela, para que possamos acompanhar. Ele se desenvolve ao longo de um semestre, começando em agosto e finalizando em início de dezembro. A proposta das professoras surgiu a partir da sua articulação na Zona Sul e também da sua percepção ao participar de atividades do COMUSAN-SP, do desafio que é a atuação descentralizada. No presente projeto aplicado estarão envolvidos 20 alunos e a atuação será criada com o COMUSAN-SP. No ano passado o Projeto foi realizado em parcerias com Movimentos de Moradia. Esse projeto irá "se criando" com um processo participativo, que analisará como vem acontecendo a implementação das políticas públicas de SAN nos territórios, com um olhar do que se tem hoje e do que está em construção, do ponto de vista institucional. O conselheiro André insere no chat explicações sobre os pontos do Plano de SAN que se articulam ao Projeto. Zilma comenta que muitas das questões que discutimos hoje ao longo da reunião, como as propostas do orçamento participativo, serão compartilhadas com alunas/os porque ajudarão a entender as demandas dos territórios. A expectativa é que esse grupo de alunas/os, que estão se formando como gestores públicos possam contribuir com a construção e implementação participativa e territorializada da Política de Segurança Alimentar em São Paulo. A estratégia de trabalho será uma aproximação dos territórios, por isso foi citada uma primeira conversa com algumas e alguns conselheiras/os. Alunas e alunos serão divididos em 4 grupos e a participação na reunião de hoje foi uma forma de publicizar esse projeto e comprometer o Conselho como um todo, bem como facilitar contato com gestores públicos responsáveis pelas políticas de SAN, entre eles a equipe da COSAN. Entre os produtos previstos estão o mapeamento dos serviços e equipamentos de SAN nos territórios, a partir da sugestão do André, de como se constituem as redes e da sugestão da Vera, uma aproximação com conselheiras/os do território, como vem atuando na área de SAN. Para maior entendimento, será possível consultar a apresentação feita pela professora Zilma no anexo 2 desta ata. A professora Zilma se coloca à disposição para esclarecer dúvidas e trocar ideias.

O conselheiro André comenta no chat e Vera reforça que a expectativa do COMUSAN-SP é que o projeto fortaleça as Comissões Regionais de SAN, contribuindo para o alcance de algumas metas do PLAMSAN. André cita ainda a possibilidade contribuir para o Inquérito de SAN/INSAN e também com artigos para o Panorama de SAN.

A professora Zilma falou de dar continuidade no projeto, levando essa discussão para dentro da Universidade, partir da compreensão das questões do território e colaborar com o Observatório, a partir de uma lógica de Vigilância e construir um Termo de Cooperação com a Prefeitura e o COMUSAN-SP, contribuindo para dar concretude aos desafios.

André Luzzi traz informes sobre o inquérito de SAN/INSAN no Município, que o COMUSAN-SP encaminhou junto à Bancada Feminista, na Câmara Municipal, solicitando emenda parlamentar, articulada com a UNIFESP e UFABC, por meio do conselheiro da Associação de Geógrafos Brasileiros, José Raimundo Souza Ribeiro Júnior.

A presidente Vera retoma se há alguma dúvida ou esclarecimento sobre o projeto para que possamos avançar para o próximo ponto de pauta. A conselheira Angélica solicita informações sobre início das aulas, e por consequência, do projeto e a professora Zilma confirma para 1º de agosto. Zilma convida conselheiras/os para conhecer a turma de alunas/os, na GV, que planejaremos em conjunto. A conselheira Angélica fala da importância de convidar alunas/os a participar da conferência municipal para articular nos territórios com os conselheiros. Vera informa quais conselheiras/os já vem se envolvendo no Projeto, na Zona Leste: Pai Jair e Adriana, da Gastromotiva; da Zona Oeste, Angélica e Solange; da Zona Norte ainda não temos ninguém no grupo, mas a Zilma já tem uma articulação com a Autonomia Zona Norte e Vera lembra outras organizações, como Tiro ao Pombo, bem como o papel do CRESAN da Vila Maria; como na Zona Sul também faltava a inserção de conselheira/o no projeto, reforçamos a importância da participação da Dalva, pelo tempo de atuação no Conselho e pela articulação no território, inclusive com a Subprefeitura de M'Boi Mirim e ela se prontificou a participar na Zona Sul. Zilma reforça a importância de organizar o deslocamento de alunas/os, considerando a distância. Vera agradece a disponibilidade da professora Zilma e pede para organizarmos nossa ida à aula, que está prevista para dia 07/08, com um representante por cada território, na segunda-feira pela manhã, a partir das 10 hs. Confirmam presença Narcísio e Dalva, da Zona Sul, Angélica e Solange, da Zona Oeste.

O último ponto de pauta, cuja inserção foi solicitada pela presidenta Vera é a apresentação e discussão da Instrução Normativa nº 18, publicada pela CODAE no dia 17 de julho de 2023 (processo SEII 6016.2023/0086118-7), que dispõe sobre a aquisição de gêneros perecíveis e não perecíveis por organizações da sociedade civil para elaboração do cardápio da alimentação escolar nos Centros de Educação Infantil indiretos ou parceiros pela Secretaria Municipal de Educação. Quais os questionamentos que trago para o Conselho e que deverão estar presentes no documento que encaminharemos à CODAE/SME, caso seja aprovado pelo pleno: 1 – Até então o suprimento de alimentos não perecíveis era feito pela CODAE, como arroz, feijão, óleo, leite, farinhas e boa parte desses alimentos eram provenientes da agricultura familiar, e de base agroecológica ou orgânica, como o caso do arroz, farinha de mandioca; 2 – O que ocorrerá a partir da vigência dessa instrução normativa: as crianças frequentadoras desses CEIS não receberão mais esses alimentos da agricultura familiar e orgânica; 3 – O que isso significa – Tratamentos diferentes para as crianças com as mesmas necessidades e direitos, o que representa uma flagrante violação de direitos e um retrocesso. Vera coloca que desde o tempo em que atuava como agente pública, na Secretaria de Assistência Social, o posicionamento dos agentes públicos era pela equidade e para que as crianças da rede direta, indireta ou conveniada tivessem as mesmas possibilidades de acesso; 4 – A instrução normativa não exige o cumprimento da lei de inserção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, na alimentação escolar. Os termos da Instrução normativa são: “Deverão ser adquiridos alimentos orgânicos ou de base agroecológica, se possível”, não cria o compromisso e a responsabilidade e sabemos das dificuldades de monitoramento dessa compra por parte das entidades mantenedoras. A proposta é que encaminhemos ofício à SME e CODAE apresentando os questionamentos acima apontados, incluindo o valor do “per capita” destinado a essa compra, que seria um ponto importante, tendo em vista que também há legislação municipal que autoriza um custo de 30% a mais nas compras públicas de orgânicos para alimentação escolar. Vera anuncia a presença da presidenta do Conselho de Alimentação Escolar e pede que ela compartilhe o entendimento que o CAE tem sobre essa questão.

A presidente do CAE, Márcia Simões concorda com os questionamentos da presidenta do COMUSAN-SP. Informa que o CAE terá reunião na próxima semana e que a discussão da instrução está pautada. Conselheiras/os do CAE vem bastante preocupadas/os porque das 13 Diretorias Regionais da Educação, 10 estão totalmente terceirizadas e não se sabe se cumprem a lei de orgânicos e nem quais são os alimentos

oferecidos. Segundo as mantenedoras, o cardápio proposto por CODAE é seguido, mas não se sabe quais alimentos o compõem. Outras três DRES seguem um sistema misto, em que a CODAE fornece os alimentos não perecíveis. Com a instrução normativa o controle fica mais difícil. Precisam ser registrados avanços, porque atualmente enviam o número de nutricionistas que têm feito visitas a campo, que representa uma melhora no cumprimento da legislação. No entanto, conselheiras/os do CAE não conseguem, efetivamente monitorar a variedade e qualidade da alimentação oferecida. Portanto, na próxima reunião do CAE, no dia 27/07, esse ponto será colocado em discussão e a proposta é que a instrução normativa seja revogada. Logo na implantação da outra instrução normativa, em 2017/2018, que repassava a compra de frutas, verduras e legumes para as entidades mantenedoras as visitas do CAE constataram muitos problemas com relação a essa compra, principalmente no que diz respeito ao “per capita” desse tipo de alimento, sem falar na questão da qualidade.

A presidente Vera agradece os esclarecimentos da presidente do CAE e ressalta a importância de Conselhos de Políticas Públicas com interface na sua atuação falem a mesma linguagem e façam o mesmo caminho. Abre para colocações, dúvidas de conselheiras/os antes de colocar a proposta em votação. Colocando em votação a elaboração e encaminhamento de documento para a Secretaria de Educação questionando os termos da instrução normativa, a flagrante violação da legislação municipal e solicitando a revogação da referida instrução. A proposta é aprovada.

Fazendo os encaminhamentos finais da reunião, a presidenta Vera reforça o lembrete da conselheira Maria Amélia sobre a importância da nossa participação nas pré conferências e na Conferência Municipal de Assistência Social e, na impossibilidade dela se manifestar, pede que a conselheira Maíra, representante da referida Secretaria no COMUSAN-SP complemente as informações. Maíra ficou de compartilhar o link para o cadastro simplificado na Conferência da Assistência Social e Maria Amélia reforçou que se inscreveu na Pré Conferência no dia 10/08, que será na Cidade Tiradentes. Ela faz uma reflexão sobre a necessidade do entendimento da questão social para apoiar nossa ação como conselheiras/os de SAN, porque tudo está interligado, e se um conjunto de direitos não é cumprido, numa determinada área, os demais também não são alcançados. É de suma importância quando conseguimos participar de tudo e fazer essa articulação.

Vera reforça as ponderações e lembra que seria interessante levar o documento de propostas do orçamento, das pré-conferências de SAN, que tem várias ações da Assistência Social, inclusive a contratação de nutricionistas para a Secretaria, que foi uma das propostas que saiu para o PPA nacional – que a área da Assistência Social incorpore esse profissional em seus quadros, considerando o volume de ações ligadas à alimentação e nutrição.

A conselheira Maíra reforça essas considerações porque está difícil conseguir concursos para qualquer categoria e tudo que puder somar e evidenciar a necessidade da inserção desses profissionais na SMADS.

Fechamos lembrando as datas da Conferência Livre de Vigilância em SAN e da nossa Conferência Municipal de SAN nos dias 4 e 5/08.

A Presidente do Conselho agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Esta Ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião, com apoio de revisão.

Luís Felipe Alcaniz
Secretário Executivo

Vera Helena Lessa Villela
Presidente

ANEXO I

Nota Pública

Uma reforma tributária para promoção do direito humano à alimentação adequada na perspectiva dos municípios

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN-SP) torna público seu posicionamento sobre a Reforma Tributária contribuindo ao debate público e à incidência política.

Próximo a completar 20 anos de aprovação das Diretrizes Voluntárias do Direito Humano à Alimentação Adequada¹, adotadas na 127ª Sessão do Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em novembro de 2004, temos muito pouco a comemorar no Brasil.

Cumpre destacar que a diretriz 02 é dedicada à necessidade de desenvolvimento e implantação de políticas visando ao desenvolvimento econômico de forma alargada que considerem um crescimento sustentado e sustentável, práticas que possibilitem a geração de emprego e renda especialmente aos produtores e populações mais afetadas pela fome e as desigualdades.

Insta, também, aos países adotarem medidas legislativas que possam assegurar políticas de segurança alimentar e nutricional conforme a realidade dos diferentes grupos sociais e regiões, e preservação dos recursos naturais. Assim vejamos: “os Estados deveriam estabelecer normas, políticas, procedimentos e órgãos de regulamentação, e de outro tipo, para garantir um acesso não-discriminatório aos mercados e impedir práticas contrárias à concorrência leal dos mercados”

Desta maneira, a justiça tributária é central para a assegurar o combate à fome, transformação dos sistemas alimentares e garantia dos direitos humanos. A reforma tributária que tramita no Congresso, e que ocupa o debate nacional, ainda não alcançou o desenvolvimento de dispositivos que possam corrigir desigualdades históricas.

¹ DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Disponível em: https://san.cplp.org/media/vpdaputt/directrizes_voluntrias_sobre_o_direito__alimentao.pdf

A simplificação do sistema de arrecadação é uma perspectiva, mas precisa avançar e considerar as especificidades dos municípios e regiões de modo a ser um sistema indutor, e com a celeridade necessária, para viabilizar abastecimento adequado e estável de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos, mediante articulação de produção interna, comércio, reservas e distribuição.

Os municípios precisam ter atribuições compartilhadas com Estados e a União, e condições objetivas para barrar alimentos, insumos e produtos nocivos à saúde humana e para todo ambiente como os agrotóxicos, produtos industrializados, bebidas açucaradas, tabaco, que fazem uso de embalagens plásticas de forma abusiva, entre outros.

E que, por outro lado, possam fomentar a produção sustentável, serviços de alimentação e refeição saudáveis, acesso à água potável e de qualidade, incentivo à comercialização, aquisição de equipamentos e ferramentas, assistência técnica e extensão. O Sistema Tributário Nacional já prevê o princípio da essencialidade do tributo. Obrigatório em relação ao IPI (imposto federal, art. 153. § 3º, inciso I da CF: I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;) e facultativo em relação ao ICMS (imposto estadual, art. 155, § 2º, inciso II - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;). Ou seja, trata-se de um aperfeiçoamento de algo que já tem amparo constitucional.

É preciso aprofundar, com o tempo ainda disponível, as discussões sobre o papel dos municípios no novo modelo tributário e o direito humano à alimentação adequada, e participar futuramente na regulamentação e implantação das medidas. Somente assim alcançaremos os princípios constitucionais de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA PARA VIVERMOS LIVRES DA FOME E COM COMIDA DE VERDADE EM NOSSOS TERRITÓRIOS.

ANEXO 2

PROJETO APLICADO:

Segurança Alimentar e Nutricional: uma abordagem territorializada em São Paulo

2º SEMESTRE/2023

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROFESSORAS: Ana Marcia Fornaziero Ramos e Zilma Borges de Souza

O que é o Projeto?

- **Um curso aplicado que propõe** co-produção e participação dos alunos em parceria em projetos de impacto social, **lidando com diferentes aspectos como diagnóstico de problemas, análise de alternativas viáveis e potencialmente efetivas, comunicação com diferentes públicos, identificação de recursos necessários, conflitos e demais desafios que surgem na** implementação de políticas públicas.

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO APLICADO:

Segurança Alimentar e Nutricional: uma abordagem territorializada em São Paulo

- **Análise da implementação da Política de Segurança Alimentar em São Paulo**
- **Compreensão de demandas e inovações que emergem da população nesse campo**
- **Debate sobre soluções e propostas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional.**

Expectativas

Contribuir com a construção e implementação participativa e territorializada da Política de Segurança Alimentar em São Paulo, com vistas à:

- **ampliação do acesso a alimentos saudáveis e nutritivos,**
- **fortalecimento da agroecologia, da agricultura urbana e de formas de inclusão produtiva para agricultores**
- **colaborar para a formação de gestores públicos com relação fortalecida com a sociedade**

Desenho do curso/Projeto Aplicado

- Parceiro institucional para a realização do projeto: **Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comusan)**, vinculado à **Coordenadoria de Segurança Alimentar**, na **Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo**.
- Enfoque territorial: **quatro regiões periféricas de São Paulo – Norte, Sul, Leste e Oeste**.
- Metodologia **baseada em processos de aprendizagem ativa e de apoio à autonomia dos alunos, com acompanhamento, interação e orientação constante das professoras**.
- ◆ A proposta é realizar o trabalho com a participação de todos os envolvidos, gerando e produzindo conhecimentos de forma participativa.
- ◆ A organização das atividades será em constante diálogo com o Comusan.

Estratégias e Atividades

- 20 alunos do 6o semestre do curso de **Administração Pública** organizados em quatro grupos compostos por cinco alunos cada.
- Aulas 2ª a 4ª das 8h às 12h -semanalmente três dias de atividades em campo, aulas teóricas na FGV e um dia extra reservado para os alunos desenvolverem o trabalho e se organizarem
- Atividades inicialmente previstas:
 - Contato com representantes do Comusan nos territórios
 - Contato com grupos que estudam o tema e que atuam nos territórios em SP
 - Análise de documentos e de legislação
 - Mapa falado, entrevistas e conversas informais com a população, gestores públicos, agricultores e especialistas
 - Grupos focais
 - Relação constante com os territórios em atividades a serem programadas
 - Visitas e interação com equipamentos públicos como

PRODUTOS

- Diagnóstico dos equipamentos existentes numa perspectiva de 'rede' de SAN nos territórios estudados, para verificação da sua capacidade de atuação, forma de operação e alcance.
- Conhecimento/Levantamento de propostas e soluções criadas pela população dos territórios para distribuição e acesso aos alimentos e de formas e canais de abastecimento de alimentos 'saudáveis' para a população mais vulnerável

- Documento construído coletivamente visando à **ampliação de soluções e melhorias de programas e da operação de equipamentos existentes, a ser apresentado em banca final do curso para o Comusan, a Cosan, os atores envolvidos nos territórios e à Câmara Municipal.**
- ‘Guia e cartilha’ para a população e público beneficiário dos territórios focalizados sobre os programas públicos existentes, de onde comprar alimentação saudável e das hortas para consumo solidário.

Próximos passos

- Definir regiões específicas para atuação em cada região
- Apresentação para a Prefeitura – Cosan